



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO
PROCESSO ADM VIRTUAL – PROAD Nº 19.118/2017

CONTRATO N. 07/2017

CONTRATO Nº 07/2017 QUE CELEBRAM ENTRE SI, DE UM LADO, O TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO E, DE OUTRO, A EMPRESA INTEGRASYS COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA TENDO COMO OBJETO A AQUISIÇÃO DE SERVIDOR TIPO BLADE.

O **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO**, inscrito no CNPJ-MF sob o Nº 03.326.815/0001-53, com sede na rua: Almirante Barroso, 600 - Mocambo, em Porto Velho/RO, CEP: 76.801-901, daqui em diante denominado **CONTRATANTE**, representado, neste ato, por seu Diretor-Geral das Secretarias, ou pela autoridade que estiver ocupando referido cargo na forma regimental, e de outro lado a empresa **INTEGRASYS COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA-EPP**, inscrita no CNPJ sob o nº 01.505.147/0001-04, com endereço na av. Princesa Isabel, 574, sala 1302, bloco A - Ed. Pallas Center - Centro, Vitória/ES, CEP: 29.010-364, fone/fax: (27) 3325-4442 / 61 3029-8666, e-mail: rodrigo.medeiros@integrasys.com.br, neste ato representada pelo Senhor Rodrigo Garcia Medeiros, inscrito no CPF nº 284.047.958-35, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente instrumento nos autos do Processo Adm. Virtual - PROAD nº 19.118/2017/TRT14, regido pela Lei 10.520/2002; Decretos 5.450/2005, 7.174/2010, 7.892/2013 e 8.538/2015; Lei Complementar 123/2006; Lei 8.666/1993, conforme adesão à Ata de Registro de Preços nº 0116/2016 oriunda do Pregão Eletrônica SRP nº 53/2016 realizado pelo TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO (Processo Adm. Eletrônico nº 0003160-36.2014.4.01.8000 – TRF 1); demais disposições regulamentares e mediante as seguintes cláusulas e condições:

1. OBJETO

I - O objeto deste instrumento consiste na aquisição de **Chassi (Gabinete) e Lâminas de servidores tipo Blade**, contemplando a instalação, serviço de assistência técnica e garantia, conforme descrito nos itens 1 e 3 do Edital do Pregão Eletrônico SRP Nº 53/2016 - TRF 1 - Anexo I, Ata de Registro de Preços nº 0116/2016 e proposta comercial fornecida pela Contratada para o TRT14, especificações apresentadas neste contrato.

2. DA FINALIDADE

2.1. A finalidade deste contrato, com a aquisição dos equipamentos anteriormente mencionados, é prover suporte às demandas computacionais a serem implementadas no site secundário (site backup) que garantirá a replicação e a segurança dos dados bem como a continuidade dos serviços informatizados, incluindo, além de maior capacidade de processamento e memória, novos componentes redundantes e de melhor desempenho.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO
PROCESSO ADM VIRTUAL – PROAD Nº 19.118/2017

3. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.1. Por este instrumento, a Contratada obriga-se a :

3.1.1. Responsabilizar-se por todos os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, tributos de qualquer espécie que venham a ser devidos em decorrência da execução do objeto contratado, bem como custos relativos ao deslocamento e estada de seus profissionais, caso existam.

3.1.2. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução do objeto deste contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento realizado pelo Contratante.

3.1.3. Arcar com o pagamento de eventuais multas aplicadas por quaisquer autoridades federais, estaduais e municipais/distrital, em consequência de fato a ela imputável e relacionado com o fornecimento objeto deste Contrato.

3.1.4. Arcar com todos os prejuízos advindos de perdas e danos, incluindo despesas judiciais e honorários advocatícios resultantes de ações judiciais a que o Contratante for compelido a responder em decorrência desta contratação.

3.1.5. Manter durante toda a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório, para a contratação.

3.1.6. Manter seus empregados, quando nas dependências do Contratante, sujeitos às normas internas deste (segurança, disciplina), porém sem qualquer vínculo empregatício com o órgão, devendo substituir, no prazo estabelecido pelo Contratante, qualquer um deles que for inconveniente à boa ordem, demonstre incapacidade técnica, perturbe a ação da fiscalização do Contratante ou não acate as suas determinações.

3.1.7. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela fiscalização do Contratante, obrigando-se a atender todas as reclamações a respeito do fornecimento.

3.1.8. Comunicar ao Contratante, de imediato e por escrito, qualquer irregularidade verificada durante a execução do contrato, para a adoção das medidas necessárias à sua regularização.

3.1.9. Acatar as determinações feitas pela fiscalização do Contratante no que tange ao cumprimento do objeto deste contrato.

3.1.10. Fornecer, sem qualquer ônus adicional, os equipamentos juntamente com todos os itens acessórios de hardware e software necessários à perfeita



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO
PROCESSO ADM VIRTUAL – PROAD Nº 19.118/2017

instalação e funcionamento, incluindo cabos, conectores, interfaces, suportes, drivers de controle e programas de configuração.

3.1.11. Substituir, obrigatoriamente, sem ônus para o Contratante, o equipamento entregue que venha a apresentar defeito de fabricação durante o período de garantia.

3.1.12. Proceder à entrega de equipamentos novos de primeiro uso, acondicionados adequadamente em caixas lacradas de forma a propiciar completa segurança durante o transporte, nas localidades indicadas neste contrato.

3.1.13. Fornecer os equipamentos com todos os manuais e quaisquer outros elementos acessórios necessários ao seu perfeito funcionamento e adequação ao ambiente existente, além de demais literaturas técnicas pertinentes e licenças originais de uso permanente de software.

3.1.13.1. Essa literatura técnica poderá ser entregue em forma eletrônica, em mídia CD-ROM ou similar.

3.1.14. Não subcontratar, total ou parcialmente, o fornecimento dos equipamentos objeto desta contratação.

3.1.14.1. A subcontratação poderá ocorrer parcialmente desde que previamente autorizada pelo Contratante, apenas para o serviço de assistência técnica, nos limites por ele definido.

3.1.15. Fornecer Certificado de garantia emitido pelo fabricante do equipamento, válido para toda rede de assistência técnica do fabricante no Brasil.

3.1.16. Realizar a perfeita instalação dos equipamento deixando-os em condições de plena operação sem qualquer custo para o Contratante.

4. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

4.1. Por este instrumento, o Contratante obriga-se a:

4.1.1. Proporcionar as condições necessárias ao cumprimento, pela Contratada, do objeto desta contratação.

4.1.2. Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada, necessários ao cumprimento deste contrato.

4.1.3. Emitir e entregar a Ordem de Fornecimento em até 60 (sessenta) dias corridos após a data inicial estabelecida no subitem 12.1 deste contrato.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO
PROCESSO ADM VIRTUAL – PROAD Nº 19.118/2017

4.1.4. Comunicar à Contratada qualquer irregularidade verificada no cumprimento do objeto deste contrato, determinando, de imediato, a adoção de medidas necessárias à solução dos problemas.

4.1.5. Assegurar o acesso às suas dependências dos profissionais incumbidos da entrega e execução dos serviços, respeitadas as normas internas (segurança, disciplina) do Contratante.

4.1.6. Recusar o recebimento de equipamento/software que não estiver em conformidade com as especificações constantes da proposta apresentada pela Contratada.

4.1.7. Solicitar o reparo, a correção, ou a substituição do objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

4.1.8. Designar um servidor ou comissão para acompanhar e fiscalizar o cumprimento do objeto deste contrato;

4.1.9. Acompanhar e fiscalizar, rigorosamente, o cumprimento deste contrato.

4.1.10. Exigir, sempre que necessário, a apresentação, pela Contratada, da documentação comprovando a manutenção das condições que ensejaram a sua contratação.

5. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

5.1. Na forma do que dispõe o art. 67 da Lei n. 8.666/93, o acompanhamento e fiscalização do fornecimento/serviços serão efetuados pela Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação, por meio dos servidores **MARCUS VINICIUS ALENCAR TERRA e JOSÉ NOGUEIRA COSTA NETO**, respectivamente, fiscal e substituto eventual, os quais exercerão, em nome do TRT 14ª Região, toda e qualquer ação de orientação geral, com vistas ao seu integral cumprimento e atendimento das necessidades do fornecimento/serviços, conforme preceitua a Portaria GP n. 572/2008, alterada pela Portaria GP n. 1179/2013.

5.2. Havendo necessidade de alteração dos fiscais acima nominados, o(s) novo(s) servidor(es) serão designado (s) nos autos do processo administrativo pertinente pelo Diretor-Geral das Secretarias, procedendo-se ao apostilamento do Contrato/Ata contemplando a alteração.

Parágrafo único – As ações de acompanhamento e fiscalização não exoneram a Contratada de suas responsabilidades contratuais.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO
PROCESSO ADM VIRTUAL – PROAD Nº 19.118/2017

5.3. O servidor ou comissão de que trata o item 5.1 desta cláusula deverá:

5.3.1. Manter registro de ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando todas as ações necessárias para a sua execução e regularização das faltas ou defeitos.

5.3.2. Expedir a ordem de fornecimento estabelecida no subitem 4.1.3 da Cláusula 4ª deste contrato.

5.3.3. Receber, atestar e autorizar os documentos da despesa comprovada a fiel e correta execução do objeto contratado, para fins de pagamento.

5.3.4. Comunicar, formalmente, irregularidades cometidas passíveis de penalidades, bem como efetuar as glosas na Nota Fiscal/Fatura.

5.3.5. Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade e verificar o cumprimento integral da execução do seu objeto.

5.3.6. Encaminhar às autoridades competentes eventuais pedidos de alteração e prorrogação contratual.

5.3.7. Manter registro de aditivos.

5.3.8. Comunicar à autoridade superior, em tempo hábil e por escrito, as situações que impliquem atraso e descumprimento de cláusulas contratuais, para adoção dos procedimentos necessários à aplicação das sanções contratuais cabíveis, resguardados os princípios do contraditório e da ampla defesa, bem como as situações que exijam alterações contratuais, para autorização e demais providências à celebração do termo aditivo.

5.4. As decisões e providências que ultrapassarem a competência da comissão/servidor deverão ser solicitadas ao seu superior hierárquico em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

5.5. Expirada a vigência do contrato e não havendo pendências quanto a sua execução, o servidor ou comissão oficiará à Contratada, se for o caso, acerca da devolução da garantia prestada na forma do art. 56, § 1º, da Lei 8.666/1993.

6. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO

6.1. Os equipamentos deverão ser entregues e instalados no prazo máximo de 60 (sessenta dias) corridos, contados do recebimento da Nota de Empenho.

6.2. Os equipamentos deverão ser entregues na Diretoria de Serviços de Material e Patrimônio (DSMP), Av. Rio Madeira, 3997 - Setor Industrial e



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO
PROCESSO ADM VIRTUAL – PROAD Nº 19.118/2017

instalados na Sala Cofre do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, conforme indicado pela Secretaria de Tecnologia da Informação do TRT14.

6.3. Caso os equipamentos entregues sejam diferentes daqueles homologados, serão considerados como não entregues, e a contagem do prazo de entrega não será interrompida devido à rejeição dos equipamentos.

6.4. O objeto será recebido da seguinte forma:

6.4.1. **Provisoriamente**, no prazo máximo de **20 (vinte) dias corridos** após a entrega e instalação de todos os equipamentos, mediante **Termo de Recebimento Provisório**, assinado pelas partes, para efeito de posterior verificação de que eles se encontram operacionais e em condições de serem recebidos.

6.4.1.1. O recebimento provisório consiste na identificação e conferência dos equipamentos, com ênfase na integridade física e quantitativa.

6.4.2. **Definitivamente**, no prazo máximo de **20 (vinte) dias corridos**, contados do recebimento provisório, mediante **Termo de Recebimento Definitivo**, assinado pelas partes, e após a verificação da adequação dos equipamentos às especificações técnicas previstas neste contrato.

6.4.3. O aceite definitivo de que trata o subitem 6.4.2 fica condicionado, além da verificação ali descrita, à comprovação do cumprimento da obrigação descrita no subitem 7.10 deste contrato.

6.5. O objeto será recusado nos seguintes casos:

6.5.1. Quando entregue com especificações técnicas inferiores às contidas no Edital, ou às contidas na proposta da Contratada ou, ainda, às que foram apresentadas ao Contratante a título de amostra.

6.5.2. Quando apresentar qualquer defeito durante os testes de conformidade e verificação.

6.5.3. O lote inteiro será devolvido caso mais de 10% (dez por cento) dos equipamentos entregues seja reprovado.

6.6. A Contratada deverá providenciar a substituição do objeto recusado no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, nas hipóteses dos subitens 6.5.1 e 6.5.2 e, na hipótese do 6.5.3, no prazo máximo de **20 (vinte) dias úteis**, contados a partir da data do recebimento da comunicação, por ofício, feita pelo Contratante.

7. DA GARANTIA DO PRODUTO E DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO
PROCESSO ADM VIRTUAL – PROAD Nº 19.118/2017

7.1. A garantia dos equipamentos será de **60 (sessenta) meses**, contados a partir da data da emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

7.2. Os serviços de assistência técnica deverão ser prestados no local de instalação do equipamento e durante todo o prazo de garantia.

7.3. A assistência técnica da garantia será realizada durante os sete dias da semana (em regime de 24 X 7), todos os dias do ano, no idioma português, conforme a necessidade do Contratante.

7.4. A Contratada deverá fornecer suporte técnico durante o período da garantia, bem como deverá subscrever (garantir) o funcionamento e manutenção.

7.5. A Contratada será a responsável pelo custeio do deslocamento do profissional ao local da prestação de serviço de suporte e manutenção, bem como por todas as despesas de transporte, diárias, hospedagem, frete, seguro ou quaisquer outros custos envolvidos nos atendimentos das chamadas técnicas.

7.6. A assistência técnica da garantia consiste na reparação das eventuais falhas dos equipamentos, mediante a substituição de peças e componentes que se apresentem defeituosos de acordo com os manuais e normas técnicas específicas para os equipamentos.

7.7. A Contratada deverá prover os serviços de suporte, nos níveis 1 e 2, tendo capacitação para analisar problemas de configuração, parametrização, interoperabilidade e incompatibilidade do equipamento adquirido, e a Integração do mesmo com o ambiente do Contratante. Entende-se por:

7.7.1. Nível 1 – os serviços executados pela Contratada por profissionais certificados pelo fabricante do produto ofertado.

7.7.2. Nível 2 – os serviços executados pelo fabricante, por profissionais certificados no produto ofertado, no local ou via internet, por email ou banco de conhecimento, ou ainda via telefone gratuito (0800).

7.8. O prazo para o término do atendimento será contado a partir da solicitação efetuada pelo Contratante e não poderá ultrapassar os prazos descritos abaixo:

7.8.1. Máximo de 3 (três) dias corridos contados a partir do dia subsequente ao da abertura do chamado, para equipamentos instalados no Contratante.

7.8.3. Entende-se por término do atendimento a disponibilidade do equipamento para uso em perfeitas condições de funcionamento no local onde está instalado, estando condicionado à aprovação do Contratante, por meio do setor competente.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO
PROCESSO ADM VIRTUAL – PROAD Nº 19.118/2017

7.8.4. Caso o equipamento não possa ser reparado dentro dos prazos previstos, a Contratada deverá formalizar pedido de prorrogação, desde que disponibilizado previamente equipamento de backup, equivalente ou de configuração superior, cujas razões expostas serão examinadas pelo Contratante, que decidirá pela dilação do prazo ou aplicação das penalidades previstas no contrato.

7.8.5. Decorridos os prazos estipulados, sem o devido atendimento, fica o Contratante autorizado a contratar serviços emergenciais de suporte técnico e repassar os custos para a Contratada.

7.8.6. Antes de findar os prazos fixados para o atendimento, a Contratada poderá formalizar pedido de prorrogação, cujas razões expostas serão examinadas pelo Contratante, que decidirá pela dilação do prazo ou aplicação das penalidades previstas no contrato.

7.9. Os serviços de assistência técnica deverão ser prestados pela Contratada, pelo próprio fabricante ou empresa por ele designada, devendo esta ser autorizada pelo fabricante para manutenção dos equipamentos ofertados.

7.10. A Contratada deverá contratar o serviço de garantia diretamente do fabricante do equipamento, para o prazo de garantia definido e na modalidade de atendimento constante no subitem 7.3. Caso não haja modalidade idêntica, poderá ser contratada a que mais se aproximar, sempre com o menor tempo de atendimento e resolução do problema.

7.10.1. A comprovação da contratação descrita anteriormente é condição para o aceite definitivo do objeto, nos termos do subitem 6.5.3 deste contrato.

7.11. A Contratada deverá trabalhar ininterruptamente na solução dos problemas até que a solução esteja novamente operando em regime normal de produção. Caso a solução do problema reportado exija a presença de analista da Contratada nas dependências do Contratante, mesmo fora do horário comercial, este deverá ficar dedicado à resolução do problema até que ele esteja resolvido.

7.12. A Contratada deverá informar ao Contratante o número do telefone para fins de esclarecimento de dúvidas relativas aos itens contratados, assim como para orientação e acompanhamento da solução de problemas quando não for demandada a presença de um técnico, a critério do Contratante.

7.13. Deverá ser informada página na Internet, do fabricante do(s) software(s), onde estejam disponíveis últimas versões do(s) software(s) e informações sobre correções e reporte de problemas, sem restrições de acesso público ou via cadastramento de pessoas autorizadas para o acesso. A página deverá conter, ainda, documentação técnica detalhada do(s) software(s) ofertado(s).



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO
PROCESSO ADM VIRTUAL – PROAD Nº 19.118/2017

7.14. Todas as solicitações feitas pelo Contratante deverão ser registradas pela Contratada em sistema informatizado para acompanhamento e controle da execução dos serviços.

7.14.1. O acompanhamento da prestação de serviço deverá ser através de um número de protocolo fornecido pela Contratada, no momento da abertura da solicitação.

7.15. Caso os serviços de assistência técnica da garantia não possam ser executados nas dependências do Contratante, o equipamento avariado poderá ser removido para o Centro de Atendimento da Contratada, mediante justificativa por escrito desta e aceito pelo Contratante, observando a seguinte exigência:

7.15.1. O equipamento somente poderá ser retirado com autorização expressa de saída do equipamento, emitida pelo Contratante e por pessoa ou empresa designada pela Contratada.

7.15.2. A saída só poderá ser autorizada mediante substituição por outro equivalente ou de superior configuração, durante o período de reparo.

7.15.3. O equipamento retirado para reparo deverá ser devolvido no prazo de **05 (cinco) dias úteis** contados a partir da sua retirada.

7.15.4. A devolução de qualquer equipamento retirado para reparo deverá ser comunicada por escrito ao Contratante.

7.16. A critério da Contratada, o componente defeituoso poderá ser trocado por outro de mesma marca e modelo, mediante informação ao gestor contendo detalhamento a respeito do número de série do novo componente para fins de regularização patrimonial. Cabe ao Contratante informar a opção pela troca à localidade responsável para a devida regularização.

7.16.1. A substituição por equipamento de configuração superior somente será aceita após prévia homologação e aceitação pelo Contratante.

7.16.2. O processo de troca de equipamento deverá ser possível através de contato com o fabricante ou seu distribuidor autorizado, com isenção de ônus adicional para o cliente.

7.17. Toda e qualquer substituição de peças e componentes, sem ônus para o Contratante, deverá ser acompanhada pelo gestor do contrato, o qual autorizará a substituição das peças e componentes.

7.18. As peças e componentes substituídos deverão ser novos e originais.

7.19. Após a conclusão da manutenção de qualquer equipamento, a Contratada deverá gerar documento relatando as substituições de peças e componentes,



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO
PROCESSO ADM VIRTUAL – PROAD Nº 19.118/2017

contendo a identificação do chamado técnico, a data e hora do início e término do atendimento.

7.20. A Contratada deverá comunicar ao Contratante, por escrito, sempre que constatar condições inadequadas de funcionamento ou má utilização a que estejam submetidos os equipamentos fornecidos, fazendo constar a causa de inadequação e a ação devida para sua correção.

7.21. A Contratada deverá substituir o equipamento já instalado, por um novo e de primeiro uso, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, na hipótese da soma dos períodos de paralisação do equipamento ultrapassar 10 (dez) dias úteis, dentro de qualquer período de 30 (trinta) dias corridos.

7.22. Durante todo o período da garantia a Contratada atualizará, ou disponibilizará para download, sem ônus adicionais para o Contratante, softwares necessários para o funcionamento dos equipamentos, fornecendo as novas versões ou releases lançados.

7.22.1. Os softwares tratados neste item incluem firmware de bios e drivers.

7.22.2. A atualização, ou disponibilização para download, tratada neste item, deverá ocorrer em um prazo máximo de **15 (quinze) dias úteis** a contar da data de lançamento da nova versão ou release.

7.22.3. Caso a nova versão, ou release, seja disponibilizado para download, todo suporte visando instalação e configuração deverá ser prestada pela Contratada.

7.23. O Contratante poderá fazer quaisquer ajustes de configuração em quaisquer itens ofertados, para adequação ao ambiente onde está instalado.

7.24. Considera-se como parte integrante dos serviços de assistência técnica a realização de visitas semestrais, unicamente nas instalações do Contratante em Porto Velho - RO, de onde todos os equipamentos podem ser acessados, com objetivo de:

- a) health check do parque de equipamentos fornecido;
- b) verificação das funcionalidades utilizadas;
- c) verificação da adequação do ambiente às melhores práticas do fabricante;
- d) propostas de melhoria.

7.25. Caso o Contratante solicite, a Contratada deverá fornecer, durante todo o período da garantia, as orientações e aprovações necessárias para que os ajustes sejam realizados, sem nenhum ônus adicional ao Contratante.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO
PROCESSO ADM VIRTUAL – PROAD Nº 19.118/2017

8. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. A despesa com a execução do presente contrato correrá à conta dos recursos orçamentários consignados no **Programa de Trabalho 02.122.0571.4256.6020. Elemento de Despesa nº 449052.35; nº 339039.27 e Unidade Orçamentária 080015.**

8.2. Foram emitidas as **Notas de Empenho nº 2017NE000377 e nº 2017NE000378**, ambas de **23/02/2017**.

9. DO PREÇO

9.1. Pela execução do objeto deste contrato, o Contratante pagará à Contratada o valor total fixo e irrevogável de **R\$ 509.000,00 (Quinhentos e nove mil reais)**.

9.2. O preço a que se refere esta Cláusula compreende todas as despesas concernentes ao objeto deste contrato, tais como: transporte, mão de obra, impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, embalagens, prêmios de seguro, fretes, taxas e outras despesas de qualquer natureza que se façam indispensáveis à perfeita execução do objeto desta contratação, conforme discriminado na tabela abaixo:

Item	Especificação	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	Gabinete Blade. Marca/Modelo Huawei/E900	1	R\$ 68.000,00	R\$ 68.000,00
3	Servidor em Lâmina. Marca/Modelo Huawei/CH242v3	7	R\$ 63.000,00	R\$ 441.000,00
*	6 Transceivers 10GE SFP+ 6 Transceivers 8G FC 2 Transceivers de longa distância FC 2 Transceivers 10 GE de longa distância	-	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Valor Total da Solução				R\$ 509.000,00

*Conforme negociação e proposta enviada pela CONTRATADA

10. DO PAGAMENTO

10.1. O pagamento será efetuado em até **20 (vinte) dias** via ordem bancária (por intermédio do Banco do Brasil S/A ou Caixa Econômica Federal), para o



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO
PROCESSO ADM VIRTUAL – PROAD Nº 19.118/2017

Banco discriminado na nota fiscal e/ou fatura ao Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região, da seguinte forma:

10.1.1. 100% (cem por cento) do valor referente ao item contratado, a ser efetuado após a emissão do termo de recebimento definitivo.

10.2. A Contratada deverá comprovar, para fins de pagamento, a regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS (Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF), a Receita Federal e Dívida Ativa da União (Certidão Conjunta de Débitos relativos à Tributos Federais e à Dívida Ativa da União), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

10.2.1. Poderá ser dispensada a apresentação dos referidos documentos, se confirmada sua validade em consulta on line ao SICAF – Sistema Unificado de Cadastramento de Fornecedores.

10.3. Havendo atraso no prazo estipulado no subitem 10.1 desta Cláusula, não ocasionado por culpa da Contratada, o valor devido será corrigido, monetariamente, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA relativo ao período compreendido entre a data do vencimento do prazo para pagamento e a da sua efetivação.

10.3.1. A Contratada deverá formular o pedido, por escrito, ao Contratante, acompanhado da respectiva memória de cálculo e do respectivo documento de cobrança.

10.4. Os pagamentos serão creditados em nome da Contratada, mediante ordem bancária, em conta-corrente por ela indicada ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras, uma vez satisfeitas as condições estabelecidas neste Contrato.

10.5. Os pagamentos, mediante emissão de qualquer modalidade de ordem bancária, serão realizados desde que a Contratada efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias.

10.6. Caso a Contratada seja optante pelo “Simples”, deverá apresentar, também, cópia do “Termo de Opção” pelo recolhimento de tributo naquela modalidade.

10.7. Na hipótese de erro no documento de cobrança ou outra circunstância que desaprove a liquidação da despesa, esta ficará pendente e o pagamento interrompido, até que a Contratada providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso, quaisquer ônus por parte do Contratante.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO
PROCESSO ADM VIRTUAL – PROAD Nº 19.118/2017

10.8. O pagamento será retido ou glosado, sem prejuízo das sanções cabíveis, quando:

10.8.1. A Contratada não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas.

10.8.2. A Contratada deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do contrato, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

10.8.3. Se por qualquer motivo alheio à vontade do Contratante for paralisada a execução, sendo que o período correspondente não gerará obrigação de pagamento.

10.9. O Contratante poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a eventuais multas, inclusive aquelas em processo de apuração, ou indenizações, devidas pela Contratada, nos termos deste contrato.

11. DA GARANTIA DO CONTRATO

11.1. Objetivando assegurar o fiel cumprimento deste contrato, a Contratada deverá apresentar a seguir identificada, numa das modalidades previstas no § 1.º do art. 56 da Lei 8.666/93, no prazo de **10 (dez) dias úteis** contados da data inicial estabelecida no subitem 12.1 deste contrato.

11.1.1. A Garantia será no valor de R\$ 25.450,00 (vinte e cinco mil, quatrocentos e cinquenta reais), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

11.1.2. O prazo da garantia contratual deverá abranger o período de execução do contrato.

11.2. É obrigação da Contratada fazer constar do documento de garantia, expressamente, sua vinculação a esta cláusula contratual.

11.3. A garantia, independente da modalidade escolhida, deverá assegurar:

11.3.1. Pagamento imediato pela ocorrência de quaisquer eventos danosos previstos no contrato, notadamente os relativos a multas moratórias e/ou compensatórias, mediante simples apresentação, pelo Contratante, do valor apurado ou fixado de acordo com as pertinentes cláusulas deste contrato.

11.3.2. Cobertura de prejuízos causados ao Contratante, decorrentes de culpa ou dolo da Contratada na execução do contrato, apurados em regular processo administrativo, até o limite previsto no subitem 11.1.1



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO
PROCESSO ADM VIRTUAL – PROAD Nº 19.118/2017

11.3.3. Renúncia expressa aos benefícios do art. 827 do Código Civil Brasileiro na hipótese de apresentação de garantia na modalidade de fiança bancária. (Lei nº 10.406/2002).

11.4. O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à Contratada.

11.5. No caso de penalidade imposta pelo Contratante, basta a apresentação da decisão final exarada no processo administrativo para que o correspondente valor seja recolhido ao erário, no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, na forma fixada pelo Contratante, independentemente de anuência, autorização ou manifestação da Contratada.

11.6. Sancionada a Contratada, caso esta não realize o pagamento no prazo fixado, correspondente valor será exigido do garantidor mediante simples comunicação escrita.

11.7. Se o valor da garantia ou parte desta for utilizado para pagamento dos eventos indicados nos subitens 11.4.1 e 11.4.2 desta cláusula, obriga-se a Contratada a efetuar a respectiva reposição ou complementação, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação feita pelo Contratante.

11.8. Em caso de alteração do contrato, a Contratada deverá apresentar nova garantia na mesma modalidade da anterior ou complementar a já existente, no prazo previsto no subitem anterior.

11.9. Caso a Contratada não cumpra o disposto nos itens anteriores, dentro do prazo estipulado, o Contratante poderá reter cautelarmente o valor da garantia dos pagamentos devidos, até a apresentação da garantia, sendo todo o ônus decorrente de responsabilidade da Contratada, ou aplicar as penalidades contratuais cabíveis.

11.10. A garantia, ou seu saldo, será liberada ou restituída conforme o disposto no subitem 5.5 deste contrato, desde que cumpridas todas as obrigações contratuais.

12. DA VIGÊNCIA

12.1. O prazo de vigência do contrato terá início após a sua assinatura e se estenderá até o fim do prazo de garantia.

12.2. No prazo acima estipulado estão inclusos os seguintes prazos:

12.2.1. **60 (sessenta) dias corridos** para a emissão e entrega da Ordem de Fornecimento, contados data inicial estabelecida no subitem 12.1.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO
PROCESSO ADM VIRTUAL – PROAD Nº 19.118/2017

12.2.2. **60 (sessenta) dias corridos** para a entrega e instalação dos produtos, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento.

12.2.3. Até **20 (vinte) dias corridos** para o Recebimento Provisório, contados a partir da entrega e instalação dos produtos.

12.2.4. Até **20 (vinte) dias corridos** para o Recebimento definitivo, contados do recebimento provisório.

12.2.5. Garantia do produto e assistência técnica, **de 60 (sessenta) meses**, contados do recebimento definitivo.

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Em caso de descumprimento das obrigações previstas neste instrumento, o Contratante poderá aplicar as seguintes sanções:

a) Advertência;

b) Multa;

c) Impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de até cinco anos, conforme o art. 7º da Lei n. 10.520/2002, regulamentado pelo art. 28 do Decreto n. 5.450/2005.

13.1.1. As sanções previstas nas alíneas “a” e “c” do subitem 13.1 poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea “b” do mesmo subitem.

13.2. A penalidade fundada em comportamento ou conduta inidônea ensejará impedimento de licitar e de contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos, na forma do disposto no art. 7º da Lei n. 10.520/2002.

13.3. O atraso injustificado na entrega do objeto desta contratação ou qualquer outra infração contratual, com exceção das previstas nos subitens 13.4 e 13.6 desta cláusula, sujeitará a contratada à multa de **0,5% (cinco décimos por cento)** por dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte entregue com atraso, até o limite de 10 (dez) dias corridos. Após esse prazo, a multa diária passa a ser de 1% (um por cento), até o limite de 8% (oito por cento).

13.4. O descumprimento dos prazos de atendimento de que trata o subitem 7.8, por parte da Contratada, ensejará a aplicação da multa de **1% (um por cento)** sobre o valor unitário do objeto, por dia de atraso, até o limite de 04 (quatro) dias corridos. Após esse prazo, a multa diária passa a ser de 2% (dois por cento), até o limite de 10% (dez por cento).



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO
PROCESSO ADM VIRTUAL – PROAD Nº 19.118/2017

13.5. Para as obrigações em que não haja previsão de prazo para a sua realização, o Contratante notificará a Contratada estabelecendo prazo para o seu cumprimento, e, vencido este prazo, a Contratada estará em mora, com a aplicação do disposto no subitem 13.3.

13.6. Se em decorrência de ação ou omissão, pela Contratada, o cumprimento da obrigação inadimplida tornar-se inútil em momento posterior, a Contratada estará sujeita à multa de **0,5% (cinco décimos por cento)** sobre o valor total do contrato e por ocorrência.

13.7. A inexecução parcial ou total deste instrumento, por parte da Contratada, poderá ensejar a rescisão contratual, com cancelamento do saldo de empenho e a aplicação da multa no percentual de **15% (quinze por cento)** sobre a parte não entregue/executada ou sobre o valor total contratado, respectivamente.

13.8. A Contratada, quando não puder cumprir os prazos estipulados para o cumprimento das obrigações decorrentes desta contratação, deverá apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, acompanhada de pedido de prorrogação, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições deste contrato, ou que impeça a sua execução, por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência.

13.8.1. A solicitação de prorrogação, contendo o novo prazo para a entrega deverá ser encaminhada ao Contratante até o vencimento do prazo inicialmente estipulado, ficando exclusivamente a critério do Contratante a sua aceitação.

13.8.2. O pedido de prorrogação extemporâneo ou não justificado na forma disposta será prontamente indeferido, sujeitando-se a Contratada às sanções previstas neste instrumento.

13.9. Descumprida a obrigação no prazo fixado, poderá o Contratante, por exclusiva vontade, estabelecer data-limite para seu cumprimento, hipótese que não elidirá a multa moratória prevista nos subitens 13.3 e 13.4.

13.10. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia contratual acarretará a aplicação de multa de **0,5% (cinco décimos por cento)** sobre o valor da garantia não prestada, por dia de atraso, observado o máximo de 10% (dez por cento).

13.10.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias na apresentação da garantia autoriza o Contratante a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, com as cominações legais cabíveis.

13.11. Na hipótese de resolução contratual decorrente de falhas na fase de Assistência Técnica da Garantia, a Contratada arcará com os custos de nova



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO
PROCESSO ADM VIRTUAL – PROAD Nº 19.118/2017

contratação para mesmo objeto, pelo prazo restante a que se obrigará, sem prejuízo das sanções previstas neste instrumento.

13.11.1. O ressarcimento do prejuízo referido no subitem 13.11 será obtido por meio da garantia contratual prestada e, se insuficiente, será cobrado da ora Contratada, ainda que judicialmente.

13.12. As multas ou os danos/prejuízos apurados poderão ser descontados dos pagamentos porventura ainda devidos, ou descontados da garantia, ou recolhidos ao tesouro nacional, no prazo de 05(cinco) dias úteis, contados a partir da data da notificação ou ainda, quando for o caso, cobrados judicialmente, nos termos do artigo 86 da Lei 8.666/93.

13.13. A aplicação de quaisquer das penalidades previstas neste instrumento será precedida de regular processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.14. O Contratante promoverá o registro no SICAF de toda e qualquer penalidade imposta à Contratada.

14. DA RESCISÃO

14.1. O Contratante se reserva o direito de rescindir unilateralmente este contrato, na ocorrência de qualquer das situações previstas nos **arts. 77, 78, incisos I a XII e XVII, c/c arts. 79, inciso I, e 80 da Lei 8.666/1993.**

14.2. Este instrumento poderá ser rescindido amigável ou judicialmente, consoante disposto no **art. 79, incisos II e III, da Lei 8.666/1993.**

15. DA PUBLICAÇÃO

15.1. O presente Contrato será publicado em forma de extrato no D.O.U, em conformidade com o **Parágrafo Único do art. 61 da Lei 8.666/1993.**

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. Toda e qualquer comunicação/informação/notificação e envio de documentos (contrato e demais documentos) à Contratada será feita pelo e-mail cadastrado no preâmbulo deste contrato, ou outro que o substitua, apontado formalmente pela Contratada.

16.1.1. A Contratada responsabiliza-se pela manutenção do e-mail informado.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO
PROCESSO ADM VIRTUAL – PROAD Nº 19.118/2017

16.1.2. A inobservância do disposto nesta cláusula não isenta a Contratada por ônus decorrente da perda de negócios em razão do não recebimento da comunicação/informação/notificação.

17. DO FORO

17.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal 1ª Instância – Seção Judiciária em Rondônia, para dirimir as dúvidas resultantes deste Contrato.

E, por estarem assim, justas e contratadas, assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, a fim de que produza seus efeitos legais.

Porto Velho, 27 de março de 2017.


Paulo Silva
Diretor da DCS em
TRT 14ª Região
CONTRATANTE
substituição



Rodrigo Garcia Medeiros
INTEGRASYS COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA.
CONTRATADA



25/03/2017 a 31/12/2018. ASSINATURA: 24/03/2017. Nº DA LICITAÇÃO: Adesão ao Registro de Preços nº 0017/16-9. Nº DO CONTRATO: 024/2017. ASSINAM: Des. Beatriz Renck, pelo contratante, Sr. João Marcelo Nunes Malaquias, pela contratada.

ESPÉCIE: Serviços. **OBJETO:** Prestação de serviço de higienização e troca de filtros de purificadores Libell, com previsão de higienização e trocas de filtro por 3 vezes para cada purificador durante a vigência do contrato. **CONTRATANTE:** Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região. **CONTRATADA:** Edina Carine de Souza - ME. **FUNDAMENTO LEGAL:** Lei nº 8.666/93. **PRAZO DE VIGÊNCIA:** Vigência de 12 meses, contados a partir da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 60 meses. **PA nº:** 0007929-92.2016.5.04.0000. **VALOR TOTAL:** 53.597,10, no período de 12 meses. **ASSINATURA:** 17/03/2017. Nº DA LICITAÇÃO: Pregão Eletrônico nº 68/2016. Nº DO CONTRATO: 022/2017. ASSINAM: Des. Beatriz Renck, pelo contratante, e Sra. Elenice de Souza, pela contratada.

EXTRATO DE CONVÊNIO

ESPÉCIE: Convênio. **OBJETO:** Consignação em folha de pagamento. **CONVENIADOS:** Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região e Banco Santander (Brasil) SA. **FUNDAMENTO LEGAL:** Lei nº 8.666/93. **PRAZO DE VIGÊNCIA:** 60 meses, a contar de 10/04/2017. **PA nº:** 0005828-92.2010.504.0000. **DATA DA ASSINATURA:** 03/03/2017. Nº DA LICITAÇÃO: Compra Direta 0099/17-4. **ASSINAM:** Des. Beatriz Renck, pelo consignante, e Sr. Márcio Pereira da Paixão e Sra. Aparecida de Cassia Gomes, pelo consignatário.

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO nº 0001392-46.2017.5.04.0000. **CD** nº 0144/17-4. **RESUMO DO OBJETO:** Treinamento In Company Curso de Processo Administrativo Disciplinar. **VALOR TOTAL:** R\$ 5.552,01. **FAVORECIDO:** Rodrigo Costa Rodrigues. **FUNDAMENTO LEGAL:** inciso II do art. 25, combinado com o inciso VI do art.13 da Lei 8.666/93. **CRÉDITO:** Programa de Trabalho: 085082. **CLASSIFICAÇÃO:** 3390362806. **RATIFICAÇÃO:** por Bárbara Burgardt Casaletti, Diretora-Geral, em 24/03/2017.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO DIRETORIA-GERAL SECRETARIA ADMINISTRATIVA

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato 09/17. **Processo Administrativo** 10.588/2014. **Contratada:** ZETRASOFT Ltda. **CNPJ:**03.881.239/0001-06. **Objeto:** Contratação de Software destinado ao controle operacional e gerencial das consignações em folha de pagamento, p/ atender às necessidades do COMODATÁRIO. **Fund. Legal:** Lei 8.666/93 e artigos 579 a 585 do Código Civil. **NÃO IMPLICARÁ ONEROSIDADE** p/ O COMODATÁRIO. **Signatários:** Francisco José Pontes Ibiapina, Diretor-Geral/TRT7ª, e Ivani Munhoz, pela contratada, em 27/03/17.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO SECRETARIA COORDENAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 11/2017

Espécie: Terceiro Termo Aditivo ao Termo de Cessão de Uso, a título oneroso e precário, de fração de área onde se localiza o Fórum Trabalhista de Ananindeua; **Partes:** Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região e Caixa Econômica Federal; **Objeto:** Prorrogação do prazo da vigência por mais 12 (doze) meses até 14.02.2018; **Processo** nº 2071/2013; **Assinatura:** 14 de fevereiro de 2017; pelo Tribunal: a Exma. Sra. Suzy Elizabeth Cavalcante Koury, Presidente, e o Sr. Paulo Mariano da Ponte Souza, pela cessionária

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO EXTRATOS DE CONTRATOS

Contrato nº 16/2017. **Contratante:** Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região. **Contratada:** Virtual Infraestrutura e Energia Ltda. - EPP - CNPJ 08.144.338/0001-29. **Objeto:** Serviços de assistência técnica em nobreaks instalados nos imóveis da região da Seterial de Londrina-PR. **Vigência:** 12 meses. **Valor anual:** R\$ 60.999,99. **Data da assinatura:** 17/03/2017. **Dotação Orçamentária:** Programa: Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho. **Natureza da Despesa:** 3.3.90.39.00. **Vinculação:** Pregão nº 31/2016. **Processo Geral** nº 626/2016. **Fundamento legal:** Lei 8.666/1993 e 10.520/2002. **Signatários:** Patrícia Aimee Bruel Antonio - Ordenadora de Despesa, pelo Contratante e Leandro Nalin Guarido - Sócio-Administrador, pela Contratada. **Espécie:** Contrato nº 18/2017 (COPEL CCER 20174491381989). **Contratante:** Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região. **Contratada:** Copel Distribuição S/A. - CNPJ 04.368.898/0001-06. **Objeto:** compra e venda de energia elétrica, no ambiente de contratação regulada, para o imóvel sito na Al. Carlos de Carvalho, 528, Curitiba-PR. **Prazo de vigência:** 9 meses a partir de 01/02/2017, prorrogável automaticamente por períodos de 12 meses. **Data da assinatura:** 31/1/2017. **Dotação Orçamentária:** Programa Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho. **Natureza:** 3.3.90.39; **Ano:** 2017. **Vinculação:** PAA 17/2017. **Processo Geral** nº 206/2017. **Fundamento legal:** Lei 8.666/1993, art. 24, XXII. **Signatários:**

Patrícia Aimee Bruel Antonio - Ordenadora de Despesa, pelo Contratante, e Carlos Eduardo L. de Souza - Gerente de Divisão, pela Contratada.

Espécie: Contrato nº 19/2017 (COPEL CUSD 20174491381989). **Contratante:** Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região. **Contratada:** Copel Distribuição S/A. - CNPJ 04.368.898/0001-06. **Objeto:** Uso do sistema de distribuição de energia elétrica, para o imóvel sito na Al. Carlos de Carvalho, 528, Curitiba-PR. **Prazo de vigência:** 9 meses a partir de 01/02/2017, prorrogável automaticamente por períodos de 12 meses. **Data da assinatura:** 31/1/2017. **Dotação Orçamentária:** Programa Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho. **Natureza:** 3.3.90.39; **Ano:** 2017. **Vinculação:** PAA 17/2017. **Processo Geral** nº 206/2017. **Fundamento legal:** Lei 8.666/1993, art. 24, XXII. **Signatários:** Patrícia Aimee Bruel Antonio - Ordenadora de Despesa, pelo Contratante, e Carlos Eduardo L. de Souza - Gerente de Divisão, pela Contratada.

Espécie: Contrato nº 20/2017 (COPEL CCER 20174491455553). **Contratante:** Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região. **Contratada:** Copel Distribuição S/A. - CNPJ 04.368.898/0001-06. **Objeto:** compra e venda de energia elétrica, no ambiente de contratação regulada, para o imóvel sito na Av. Vicente Machado, 400, Curitiba-PR. **Prazo de vigência:** 9 meses a partir de 01/02/2017, prorrogável automaticamente por períodos de 12 meses. **Data da assinatura:** 31/1/2017. **Dotação Orçamentária:** Programa Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho. **Natureza:** 3.3.90.39; **Ano:** 2017. **Vinculação:** PAA 15/2017. **Processo Geral** nº 204/2017. **Fundamento legal:** Lei 8.666/1993, art. 24, XXII. **Signatários:** Patrícia Aimee Bruel Antonio - Ordenadora de Despesa, pelo Contratante, e Carlos Eduardo L. de Souza - Gerente de Divisão, pela Contratada.

Espécie: Contrato nº 21/2017 (COPEL CUSD 20174491455553). **Contratante:** Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região. **Contratada:** Copel Distribuição S/A. - CNPJ 04.368.898/0001-06. **Objeto:** Uso do sistema de distribuição de energia elétrica, para o imóvel sito na Av. Vicente Machado, 400, Curitiba-PR. **Prazo de vigência:** 9 meses a partir de 01/02/2017, prorrogável automaticamente por períodos de 12 meses. **Data da assinatura:** 31/1/2017. **Dotação Orçamentária:** Programa Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho. **Natureza:** 3.3.90.39; **Ano:** 2017. **Vinculação:** PAA 15/2017. **Processo Geral** nº 204/2017. **Fundamento legal:** Lei 8.666/1993, art. 24, XXII. **Signatários:** Patrícia Aimee Bruel Antonio - Ordenadora de Despesa, pelo Contratante, e Carlos Eduardo L. de Souza - Gerente de Divisão, pela Contratada.

Espécie: Contrato nº 22/2017 (COPEL CCER 20174491412821). **Contratante:** Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região. **Contratada:** Copel Distribuição S/A. - CNPJ 04.368.898/0001-06. **Objeto:** compra e venda de energia elétrica, no ambiente de contratação regulada, para o imóvel sito na Av. Vicente Machado, 362, Curitiba-PR. **Prazo de vigência:** 9 meses a partir de 01/02/2017, prorrogável automaticamente por períodos de 12 meses. **Data da assinatura:** 31/1/2017. **Dotação Orçamentária:** Programa Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho. **Natureza:** 3.3.90.39; **Ano:** 2017. **Vinculação:** PAA 16/2017. **Processo Geral** nº 205/2017. **Fundamento legal:** Lei 8.666/1993, art. 24, XXII. **Signatários:** Patrícia Aimee Bruel Antonio - Ordenadora de Despesa, pelo Contratante, e Carlos Eduardo L. de Souza - Gerente de Divisão, pela Contratada.

Espécie: Contrato nº 23/2017 (COPEL CUSD 20174491412821). **Contratante:** Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região. **Contratada:** Copel Distribuição S/A. - CNPJ 04.368.898/0001-06. **Objeto:** Uso do sistema de distribuição de energia elétrica, para o imóvel sito na Av. Vicente Machado, 362, Curitiba-PR. **Prazo de vigência:** 9 meses a partir de 01/02/2017, prorrogável automaticamente por períodos de 12 meses. **Data da assinatura:** 31/1/2017. **Dotação Orçamentária:** Programa Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho. **Natureza:** 3.3.90.39; **Ano:** 2017. **Vinculação:** PAA 16/2017. **Processo Geral** nº 205/2017. **Fundamento legal:** Lei 8.666/1993, art. 24, XXII. **Signatários:** Patrícia Aimee Bruel Antonio - Ordenadora de Despesa, pelo Contratante, e Carlos Eduardo L. de Souza - Gerente de Divisão, pela Contratada.

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo Pregão nº 80/2016. **Processo Geral** nº 903/2016. **Objeto:** Registro de preços para aquisição de placa vinílica autoperante. **Quantidade registrada:** 4.400,00 m². **Preço:** R\$ 146,79/m². **Fornecedor:** Colorata Decorações Ltda., CNPJ 08.313.478/0001-83. **Órgão Gerenciador:** TRT da 9ª Região. **Validade da ata:** doze meses, contados da data de assinatura. **Data de assinatura:** 27/12/2016. **Fundamento Legal:** Lei 8.666/1993 e Decreto 7.892/2013. **Signatários:** Patrícia Aimee Bruel Antonio - Ordenadora da Despesa, pelo TRT da 9ª Região, e Joseane Dallabona - Sócia-Gerente, pela Contratada. **A íntegra da Ata encontra-se disponível no site:** <http://www.trt9.jus.br>. **Contato:** contratos@trt9.jus.br.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA SETOR DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

ESPÉCIE: Terceiro Termo Aditivo ao Contrato n. 19/2014 de prestação de serviços de manutenção de equipamento. **CONTRATANTE:** TRT 11ª Região. **CONTRATADA:** ACECO TI S/A. **FUNDAMENTO LEGAL:** Art. 57, II, da Lei n. 8.666/93 e cláusula 6ª do

contrato. **PROCESSO:** MA-1329/2012. **OBJETO:** Prorrogação por 6 meses a vigência do contrato e reajuste do valor. **VIGÊNCIA:** 13/03/17 a 12/09/2017. **VALOR MENSAL:** R\$ 35.408,06. **DATA ASSINATURA:** 10/03/17. **ASSINAM:** Ildelfonso Rocha de Souza - Ordenador de Despesa TRT11 e Marcos Guedes Pereira e Kleber Alves Silveira pela Contratada.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO DIRETORIA-GERAL

EXTRATO DO CONTRATO Nº 7/2017

PROCESSO ADM VIRTUAL - PROAD Nº 19.118/2017. **Contratante:** TRT-14ª REGIÃO. **Contratada:** INTEGRASY'S COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA-EPP. **CNPJ** Nº 01.505.147/0001-04. **Objeto:** Aquisição de Chassi (gabinete) e Lâminas de servidores tipo Blade, contemplando a instalação, serviço de assist. técnica e garantia, conforme descrito nos itens 1 e 3 do Edital do pregão eletrônico SRP nº 53/2016 - TRT 1 - Anexo I. **Ata de Reg. de Preços** nº 0116/2016 e proposta comercial fornecida pela contratada para o TRT14, especificações apresentadas neste contrato. **Vigência:** Contada a partir de 27/3/2017 e se estenderá até o fim do prazo de garantia. **Assinado:** 27/3/2017. **Dotação Orçamentária:** Programa de Trabalho: 02.122.0571.4256.6020, natureza da despesa: 449052.35339039.47 e 339039.24, correspondendo o valor total fixo e irrecusável de R\$ 509.000,00. **Assinaturas:** Osvaldo Silva, Diretor Geral das Secretarias em substituição do TRT 14, e de outro, Sr. Rodrigo Garcia Medeiros, representante da contratada.

EXTRATOS DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PROAD Nº 13887/2016. **Objeto:** contratação direta de empresa para treinar 30 (trinta) servidores, no curso de "Formação Analista de Negócios e Processos", nos dias 24 a 28/04/2017, na sala da Escola Judicial deste Tribunal. **Empresa:** LICIDATA CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO EIRELLI - ME. **Valor Total:** R\$ 32.400,00. **Amparo legal:** art. 25, inciso II, c/c art. 13, VI da Lei nº 8.666/93, com suas respectivas alterações. **Reconhecimento:** Desembargador Shikou Sadahiro, Presidente do TRT-14ª Região, Porto Velho, 08 de março de 2017.

PROAD Nº 19143/2017. **Objeto:** contratação direta de empresa para treinar 30 (trinta) servidores, no curso de "GESTÃO DE PROJETOS", nos dias 03 a 07/04/2017, na sala da Escola Judicial deste Tribunal. **Empresa:** SUPERCIA Capacitação e Marketing Ltda. **Valor Total:** R\$ 36.800,00. **Amparo legal:** art. 25, inciso II, c/c art. 13, VI da Lei nº 8.666/93, com suas respectivas alterações. **Reconhecimento:** Desembargador Shikou Sadahiro, Presidente do TRT-14ª Região, Porto Velho, 17 de março de 2017.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO DIRETORIA-GERAL SERVIÇO DE CONTRATOS

EXTRATO DE CONTRATO

Processo nº CP0037/2017. **Contrato:** 15/2017. **Partes:** TRT e Somp Seguros S.A. **Objeto:** Seguro dos prédios e dos seus respectivos conteúdos (MMI - mobiliário, maquinário e utensílios), na modalidade Limite Máximo Indenizável Único. **Fundamento:** Lei 8.666/1993. **Valor total:** R\$ 92.450,00. **L.O. Nº** 13.414, de 10/01/2017. **Classificação:** 02.122.0571.4256.3474 3390.39.69. **Empenho:** 2017NE000733, de 10/03/2017. **Vigência:** de 12 meses, da 24h00 do dia 19/03/2017 até às 24h00 do dia 10/01/2017. **Assinam:** pelo TRT, Adlei Cristian Carvalho Pereira Schlosser, e, pela empresa, Farid Eid Filho e Sven Robert Will. **Data:** 15/03/17.

EXTRATO DE CONVÊNIO

Processo: CP0026/2017. **Convênio** nº 009/2017. **Partes:** TRT e Município de Américo Brasiliense (SP). **Objeto:** instalação do serviço de Justiça Itinerante no Município de Américo Brasiliense (SP). **Vigência:** 12 meses, de 07/03/2017 a 06/03/2018. **Assinam:** pelo TRT, Fernando da Silva Borges, e pelo município, Dirceu Brás Pano. **Data:** 24/02/2017.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Processo nº CP0356/2014. **Contrato:** 99/2014. **Espécie:** I TA. **Partes:** TRT e Tecnotell Comércio e Serviços Ltda-ME. **Objetos:** prorrogação da vigência do contrato por 30 meses, de 01/04/2017 a 01/10/2019. **Classificação:** 02.122.0571.4256.3474. 3390.39.17. **Fundamento:** Lei 8.666/1993, art. 57, II. **Empenho:** 2017NE000416, de 25/01/2017. **LO:** 13.414 de 10/01/2017. **Assinam:** pelo TRT, Adlei Cristian Carvalho Pereira Schlosser, e, pela empresa, Paulo Sérgio Marsola e Eliane Cavalcante Paes. **Data:** 03/03/2017.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 8/2017 - UASG 080018

Nº Processo: 177/2017. **Objeto:** Pregão Eletrônico - Constituição de Registro de Preços para aquisição futura e eventual de medicamentos (Odontológicos) e materiais especificados no Termo de Referência (Anexo I), parte integrante do edital. **Total de Itens Licitados:** 00070. **Edital:** 29/03/2017 de 08h00 às 12h59 e de 13h00 às 17h59. **Endereço:** Avenida Vitorino Freire 2001 - Arניה SAO LUIS - MA ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/080018-05-8-2017. **Entre-**